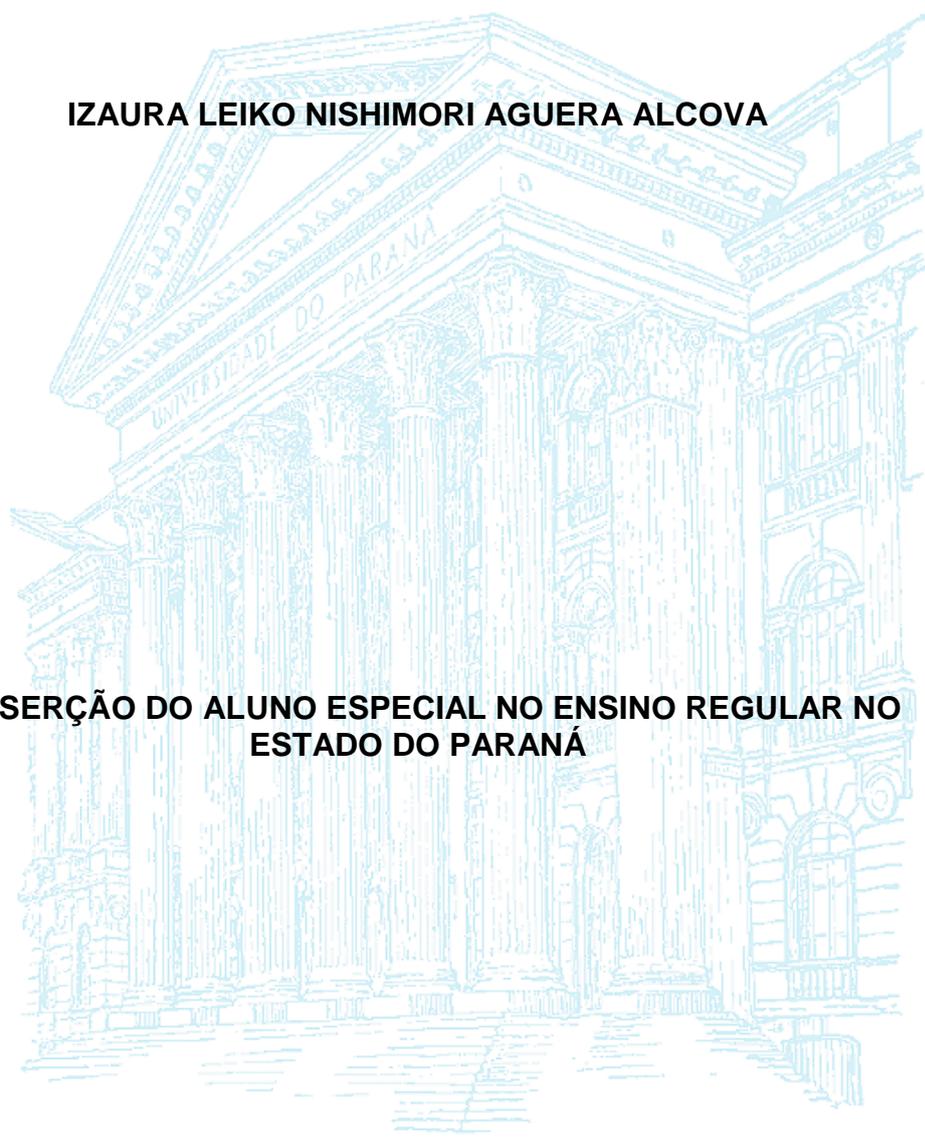


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor Litoral

Curso de Especialização Educação em Direitos Humanos

IZAURA LEIKO NISHIMORI AGUERA ALCOVA

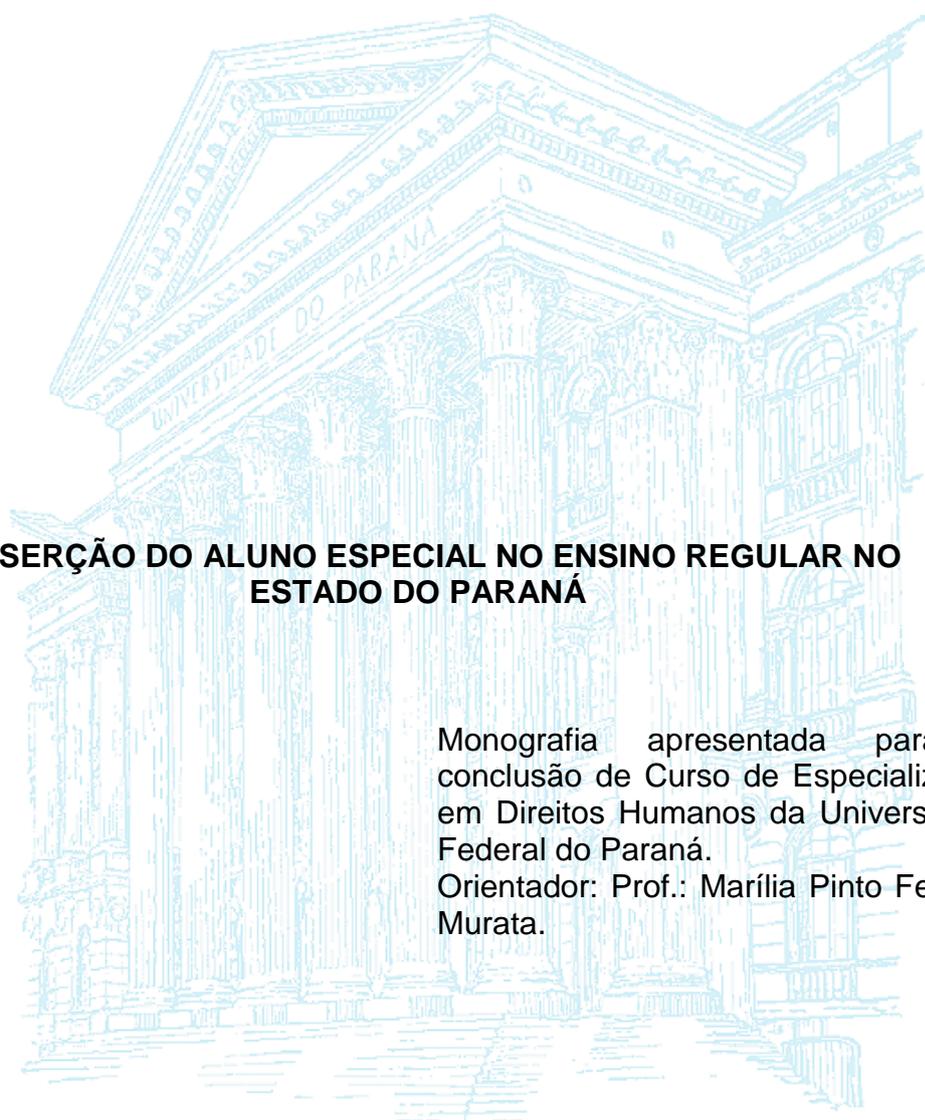
**A INSERÇÃO DO ALUNO ESPECIAL NO ENSINO REGULAR NO
ESTADO DO PARANÁ**



CURITIBA

2015

IZAURA LEIKO NISHIMORI AGUERA ALCOVA



**A INSERÇÃO DO ALUNO ESPECIAL NO ENSINO REGULAR NO
ESTADO DO PARANÁ**

Monografia apresentada para a
conclusão de Curso de Especialização
em Direitos Humanos da Universidade
Federal do Paraná.

Orientador: Prof.: Marília Pinto Ferreira
Murata.

**CURITIBA
2015**



PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora Prof^ª. Dr^ª. **MARÍLIA PINTO FERREIRA MURATA**; Prof^ª Dr^ª Juliana Quadros e Prof^ª. DelmaBraz Serenato realizaram em 20/06/2015 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **IZAURA LEIKO NISHIMORI AGUERA ALCOVA**, sob o título “*A inserção do aluno especial no ensino regular do estado do Paraná*” para obtenção do Título de Especialista em *Educação em Direitos Humanos* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido nota “7,5” e conceito “AS”.

Matinhos, 20 de junho de 2015.

Prof. Dr.º Afonso Takao Murata
Coordenador do Curso Educação em Direitos Humanos

IZAURA LEIKO NISHIMORI AGUERA ALCOVA
Estudante do Curso de Especialização Educação em Direitos Humanos
Pólo Pontal do Paraná

RESUMO

Este trabalho procura trazer elementos para reflexão sobre as dificuldades que os docentes do ensino regular do Estado do Paraná encontram para elaborar e implementar atividades pedagógicas na sua rotina escolar.

A investigação procura abordar de forma sucinta num primeiro momento o contexto histórico da educação especial no contexto mundial, a caracterização da educação especial no Brasil e a forma como o processo de inserção foi conduzido no Estado do Paraná.

A partir de dados disponibilizados tanto pelo Governo Federal com pelo Governo Estadual pode-se traçar um perfil de como cada poder articula o processo de inserção.

Neste contexto foi feita uma investigação numa escola pública do Estado do Paraná a fim de trazer mais elementos que oportunizem um melhor entendimento das causas que vem dificultado à inserção dos alunos especiais nas escolas do Estado do Paraná.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	6
1.1- Justificativa.....	6
1.2- Objetivos.....	7
1.2.1- Objetivos Gerais.....	7
1.3- Metodologia.....	7
1.4- Organização do trabalho.....	8
2-PRESUPOSTOS TEÓRICOS.....	8
2.1- A Educação Especial no Estado do Paraná.....	17
2.2- Estatísticas Educacionais na Educação para crianças portadoras de necessidades especiais no Estado do Paraná.....	21
2.3- Salas de Recursos no Estado do Paraná.....	27
2.4- Salas de Recursos Comuns.....	27
2.5- Salas de Recursos Multifuncionais.....	27
3- OS DESAFIOS E AS COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA A CONTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NAS ESCOLAS DE ENSINO REGULAR NO PARANÁ.....	29
4- RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	30
4.1- Sujeitos da Pesquisa.....	30
4.2- Condução da Pesquisa.....	31
4.3- Resultado das dificuldades relatadas.....	32
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
6- REFERÊNCIAS.....	34
7- ANEXOS.....	39

1- Introdução

A questão da inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular é mundialmente discutida. Já avançamos em vários pontos como as leis e a melhora da conscientização da população sobre o tema através de campanhas governamentais e da mídia.

Apesar dos grandes avanços tanto na esfera federal como estadual o acolhimento por si só, não é suficiente, a necessidade que se apresenta é de efetivo aprendizado e desenvolvimento das potencialidades dos alunos.

Neste contexto este trabalho tem como objetivo analisar e trazer mais elementos sobre a educação especial no Estado do Paraná e as dificuldades decorrentes delas para a inserção dos alunos especial no ensino regular.

A partir daí foi feita uma pesquisa geral sobre a educação especial no Brasil e no Estado do Paraná. Para tanto, foi feita um comparativo entre as ações do Governo Federal e as ações do Estado do Paraná através de diferentes gráficos que apresentam número de matrículas nos diferentes níveis da educação para clarificar e diferenciar as políticas de cada poder.

Este trabalho procura trazer mais elementos que oportunizem identificar dúvidas com quais as dificuldades das escolas e do quadro de professores para receber os alunos especiais no ambiente escolar. Quais os motivos que levam o aluno especial a não ser bem atendido na maioria das escolas do ensino regular do Estado do Paraná.

1.1- Justificativa

Muitos alunos especiais foram transferidos das escolas especiais para as escolas do ensino regular e integrado do Estado do Paraná a fim de se inserirem junto aos alunos sem necessidades especiais na rede de ensino.

Porém as escolas do ensino regular na sua maioria estão recebendo estes alunos e não estão conseguindo dar o tratamento necessário para eles.

A proposta desta pesquisa é identificar quais são os fatores que estão dificultando a participação dos alunos especiais neste processo de inserção promovido pelo estado.

1.2-Objetivos

1.2.1-Objetivo Geral

Identificar quais são os fatores mais comuns que levam o aluno especial a não receber um atendimento adequado quando inserido nas escolas públicas e a partir daí oportunizar mais elementos que possa vir a ajudar na redução deste problema presente em muitas escolas.

1.3. Metodologia.

Serão realizadas pesquisas bibliográficas de vários autores sobre a inserção do aluno especial nas escolas de ensino regular que oportunizarão a descrição, análise e compreensão de como ocorrem este processo.

Também foi feita uma pesquisa de dados por meio de uma pesquisa de campo. No processo de pesquisa bibliográfica foram utilizados livros, artigos científicos e documentos selecionados na internet. Neste contexto na sua fundamentação teórica foram utilizadas bibliografias de autores e departamentos da área de educação especial.

Esta monografia também irá utilizar o procedimento de coleta de dados na pesquisa de campo questionários O objetivo do questionário é investigar as contribuições dos docentes em relação às especificidades da metodologia, da formação e didática do docente na sua relação com os alunos especiais e equipe multidisciplinar e levantar a opinião dos docentes sobre sua rotina diária.

Esta monografia será pautada como quantitativa e qualitativa por atender tanto a pesquisa por informações de qualidade e números e opiniões que serão compilados, analisados e quantificados.

A pesquisa de campo foi realizada com docentes de uma instituição de ensino que possuem alunos especiais em suas aulas. Participaram do estudo 10 professores de uma Instituição de Ensino de Ensino Médio e Profissional do Estado do Paraná. Os dados coletados foram organizados em gráfico para a análise e apresentação dos resultados.

1.4- Organização do trabalho

Este trabalho está organizado a partir de um levantamento da literatura existente, focando nos artigos que têm relação com o tema objeto da nossa pesquisa.

Na primeira sessão é apresentada a parte introdutória, na segunda sessão estão presentes os pressupostos teóricos, na terceira sessão estão descritos os resultados e discussões, na quarta sessão a conclusão, na quinta sessão as referências e na sexta sessão o anexo.

2-PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A história da inclusão no seu desenvolvimento pode ser dividida em quatro fases conforme Sasaki (2006) nos apresenta logo abaixo:

● **Fase de Exclusão:** período em que não havia nenhuma preocupação ou atenção especial com as pessoas deficientes ou com necessidades especiais. Eram rejeitadas e ignoradas pela sociedade.

● **Fase da Segregação Institucional:** neste período, as pessoas com necessidades especiais eram afastadas de suas famílias e recebiam atendimentos em instituições religiosas ou filantrópicas. Foi nessa fase que surgiram as primeiras escolas especiais e centros de reabilitação.

● **Fase da Integração:** algumas pessoas com necessidades especiais eram encaminhadas às escolas regulares, classes especiais e salas de recursos, após passarem por testes de inteligência. Os alunos eram preparados para adaptar-se à sociedade.

● **Fase de Inclusão:** todas as pessoas com necessidades especiais devem ser inseridas em classes comuns, sendo que os ambientes físicos e os procedimentos educativos é que devem ser adaptados aos alunos, conforme suas necessidades e especificidades.

A partir deste entendimento no passado a sociedade olhava os deficientes como pessoas que não havia manejo para realizar atividades, por isso esses indivíduos eram discriminados no campo do trabalho e excluídos. As concepções em relação ao tratamento de existir ou não existir, dependia em qual comunidade pertencia.

Entre os grupos tribais a existência de uma contradição na aceitação, aquelas comunidades que acreditava que o deficiente era incapaz eram exilados, mas essa lei não era para todos.

Por outro lado, segundo o mesmo autor, a prática do extermínio não constituía uma regra geral; pois, alguns povos consideravam o deficiente físico como membro qualquer do grupo ou até mesmo um enviado pelos deuses para beneficiar a tribo. Nas cidades gregas antigas de Atenas e Esparta, o extermínio era uma prática corrente e, por ele, pessoas com deficiência não tinham direito à vida. Esses indivíduos eram tidos como “castigo”, devendo, portanto, serem banidos da sociedade com a morte (ALVES 1992, P. 18).

Porém no começo da fase Cristã na Europa no século V, o entendimento da deficiência começou a ser observada sob a visão filantrópica a partir daí as pessoas especiais eram vistas como crianças, doentes, inválidos e incapazes. Segundo Alves (1992) deixou-se simplesmente de banir o deficiente e de excluí-lo do convívio social, passando-se a usá-lo como meio de fazer caridade para garantir alguma “absolvição de pecados”.

Influenciada pela compreensão cristã da época as pessoas especiais eram separados da convivência social e tratados como coitados, o que oportunizada a não socialização e sentimentos assistencialistas e muitas vezes paternalistas.

Na “Reforma Luterana”, o tratamento dado aos imbecis, idiotas e loucos não se diferencia muito da inquisição católica, eles permanecem com uma rigidez ética carregada de culpa, porém com responsabilidade pessoal. “Nestes a concepção de deficiência variou em função das noções teológicas de pecado e de expiação. A explicação reside na visão pessimista do homem, entendido como uma besta demoníaca, quando lhe vem a faltar à razão ou ajuda divina”. (PESSOTI, 1984, p.12).

A própria religião posicionava o homem com a imagem e semelhança de Deus, como um ser belo, perfeito e inteligente. E para aqueles que fugiam deste padrão não havia a oportunidade da vida humana. Segundo Sócrates, na

antiguidade clássica grega, o “Belo é aquilo que é útil. Por sua vez, o que é inútil é o feio”.

A partir dessa ótica no século VI começaram a compreender o belo como tudo o que é perfeito, assim as pessoas especiais destoavam da visão do belo.

Na idade medieval um novo entendimento sobre os deficientes tiveram mudanças, por meio de religiosos que conceberam como pessoas de Deus, mesmo assim dependia da compaixão do ser humano ainda eram abandonados.

No século XVI médicos e pedagogos criaram ideologias que afirmavam que as pessoas especiais poderiam ser educadas, o que foi um grande avanço já que para estas pessoas não era ofertado o direito do estudo.

Para o fortalecimento desse trabalho os próprios médicos e pedagogos tutoravam seus alunos, tendo em vista que os professores existentes não dariam conta do processo, nem havia estrutura para isto. Porém mesmo assim estas pessoas eram tratadas com discriminação e muitas vezes com repugnância pela sociedade da época.

Foi uma fase de segregação, justificada pela crença de que a pessoa diferente seria mais bem cuidada e protegida se confinada em ambiente separado, também para proteger a sociedade dos “anormais” (MENDES, 2006, p.387).

Já no século XIX uma nova ordem se inicia com a oferta de salas de aulas no ensino regular voltadas para alunos com necessidade especiais mais devidamente separados dos considerados não especiais. Este movimento ganha força no século XX a partir das duas grandes guerras mundiais tendo em vista em atender também os afetados pela guerra e a grande demanda proveniente da revolução industrial.

No Início do século XX, mesmo com a evolução da sociedade e da ciência, a mentalidade humana ainda era discriminatória em relação aos especiais que eram considerados anormais, muitas vezes eram julgados como criminosos. Por não saber a causa da doença geralmente a doença mental era comparada a conjuntura da doença venérea.

Após a segunda guerra mundial a necessidade de atender os soldados que regressavam da luta com alguma deficiência, foram obrigados a pedir serviços especializados, que passaram a ser utilizados também para pessoas especiais. A

partir e durante o ano de 1950 os deficientes se juntaram e compartilharam em discussões em prol da sua enfermidade.

Podemos afirmar que a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o entendimento em relação à pessoa especial foi olhado como pessoas cidadãos com deveres e direitos de participar da vida social, ainda que o trabalho de assistencialismo e caridade permanência naquela época.

A inclusão foi marcada por um movimento mundial implementado por organizações, leis, institutos, secretarias, associações, políticas governamentais e outros de luta com a participação dos portadores de deficiências e de suas famílias na procura dos seus direitos na questão de socialização e sem discriminação.

A educação especial começou no Brasil no século XIX com abertura de várias instituições para surdos e mudos, como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854), Imperial Instituto de surdo e mudo (1857), hoje conhecido como Instituto Benjamim Constant e Instituto Nacional de Educação para Surdos.

A educação e o desenvolvimento das potencialidades para especiais estiveram excluídos do processo educacional nacional por um longo período, tendo em vista que este trabalho era voltado exclusivamente para o assistencialismo, porém inicia a compreensão a partir da LDB 4024/61 art. 88 A educação de excepcionais deve no que for possível enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

A Lei nº 10.172/01 que instituiu o Plano Nacional de Educação frisa que a inclusão das pessoas com deficiência deve acontecer no sistema regular de ensino “[...] a educação especial, como modalidade de educação escolar, terá que ser promovida sistematicamente nos diferentes níveis de ensino” (BRASIL, 2001, p.126), ainda este mesmo documento em seu capítulo 8, item 8.3, denominado *Objetivos e metas referentes à educação especial*, evidencia uma série de objetivos e metas a serem atingidos na próxima década, relacionados a essa modalidade de ensino, sendo que um desses objetivos é: “aumentar os recursos destinados à educação especial a fim de atingir, em dez anos, o mínimo equivalente a 5% dos recursos vinculados a manutenção e desenvolvimento do ensino, [...]” (BRASIL, 2001, p.13).

No Brasil a democracia participativa vem se desenvolvendo e sendo discutida com mais seriedade nas pesquisas científicas. Muitas promoções surgem por meio de pesquisas, movimentos, congresso e seminários para fomentar a inclusão, a estrutura escolar e a capacitação do docente.

A educação especial das pessoas com deficiência foi acolhida pelo Governo Federal por meio de campanhas. Em 1957 acontece a Campanha para Educação do Surdo Brasileiro chamada de CESB feita através do Decreto Federal 42.728/57.

Já no ano de 1961 se inicia com mais força através da Lei de Diretrizes e Bases 4024/61, que definia que a educação para os alunos especiais, deve na medida do possível se enquadrar no sistema regular de ensino brasileiro.

A partir da década de 1970 se tem o início de um processo de institucionalização governamental que visava centralizar a administração e coordenação política do governo federal no que tange a o tratamento especial para os alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais e os superdotados.

Os anos 70 são marcados por vários movimentos em defesa dos especiais como a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas- ONU aonde se divulgou a declaração dos Direitos das Pessoas com Retardo Mental.

Segundo Ferreira (2006) após a Ementa Constitucional de 1978 e a Lei nº 569171, de reforma do 1º e 2º graus, foi contemplada com a edição de normas e planos políticos de âmbito nacional: as definições do Conselho Federal de Educação sobre a educação escolar dos excepcionais, as resoluções dos Conselhos Estaduais de Educação sobre diretrizes de educação especial, a criação dos setores de educação especial nos sistemas de ensino, a criação das carreiras especializadas em educação especial na educação escolar (os professores dos excepcionais) e também no campo de reabilitação (a constituição das equipes de reabilitação/ educação especiais).

No ano de 1973 foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), interligado ao Ministério da Educação e Cultura, que incentiva para o desenvolvimento por meio de ações educacionais voltado para os portadores de deficiências a partir daí ocorrem crescimento em serviços privados e a inclusão fica mais visível.

Essas ações governamentais reforçavam a idéia de integração como forma de dar fim “à prática da exclusão social a que foram submetidas às pessoas com deficiência por vários séculos” (SASSAKI, 2006, p.30).

Em 1975 e proclamada a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, em 1976 e apresentada a resolução 31/123 que institui o dia internacional das pessoas deficientes.

Na década de 80 mais especificamente em 1981 novas expressões surgem e oportunizam um novo olhar sobre as pessoas com necessidades especiais no Brasil.

Segundo Sasaki (2004) os termos aleijado, defeituoso, incapacitado e inválido eram termos utilizados com frequência até a década de 80. A partir de 1981, por influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, começa-se a escrever e falar pela primeira vez a expressão pessoa deficiente. O acréscimo da palavra pessoa, passando o vocábulo deficiente para a função de adjetivo, foi uma grande novidade na época. No início, houve reações de surpresa e espanto diante da palavra pessoa: “Puxa, os deficientes são pessoas!” Aos poucos, entrou em uso a expressão pessoa portadora de deficiência, freqüentemente reduzida para portadores de deficiência. Por volta da metade da década de 90, entrou em uso a expressão pessoas com deficiência, que permanece até os dias de hoje.

Essas ações governamentais reforçavam a idéia de integração como forma de dar fim “à prática da exclusão social a que foram submetidas às pessoas com deficiência por vários séculos” (SASSAKI, 2006, p.30).

Surge em 1986 à ordem de integração dos especiais por meio dos Ministérios e políticas, a instalação da Coordenadoria Nacional para Integração dos Deficientes (CORDE), hoje conhecida como Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE). Através dela e dos movimentos foram produzidas leis para a educação, como LDB n. 9394/96 direcionada à educação para deficientes.

Segundo MENDES (2006) o sistema educacional proveria os meios mais adequados para atender as necessidades dos alunos. O nível mais adequado seria aquele que melhor favorecesse o desenvolvimento de determinado aluno, em determinado momento e contexto. Percebe-se nessa fase o pressuposto de que as pessoas com deficiências tinham o direito de conviver socialmente, mas que deviam ser antes de tudo, preparadas em função de suas peculiaridades para assumir papéis na sociedade.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208 garante o direito de todos à educação e também para aqueles que são portadores de deficiência. Segundo

Jannuzzi (1992), apesar das reformas observadas no sistema educacional, a expansão dos serviços de Educação Especial permanecia muito tímida no Brasil: Em 1930 existiam 16 locais para a educação de deficientes mentais, subindo para 22 estabelecimentos em 1935.

Nos anos 80 e 90 uma nova proposta de inclusão para os Alunos com Necessidades Especiais de Educação ANEE é apresentada como uma inovadora proposta de integração se comparada à década de 70, tendo em vista que propunha que os sistemas de educação seriam responsáveis por oportunizar condições de educação de qualidade para estes alunos.

Novas declarações e tratados iniciam um processo de inclusão numa escala maior que vimos anteriormente, e este movimento se inicia respaldado no Programa de Ação Mundial para Pessoas deficientes que recomendava que de forma pedagógica o processo de ensino aprendizagem para alunos com necessidades especiais deveriam acontecer dentro do sistema do ensino regular normal.

Este processo no Brasil sofreu uma aceleração após a promulgação da nova Constituição de 1988 que garantia atendimento as pessoas com necessidades especiais, de preferência junto à rede regular de ensino no Brasil, para fortalecer este encaminhamento a Lei Federal 7.853 previa esta oferta de forma obrigatória e gratuita nas escolas públicas do Brasil

Esse paradigma é o da inclusão social – as escolas (tanto as comuns como especiais) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro de diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas, em qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas [...] É o sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos (escolas inclusivas), mais do que os alunos adaptando-se ao sistema educacional (escolas integradas). SASSAKI 2006.

Em 1996, outro importante marco no fortalecimento da inclusão dos especiais na área da educação foi à promulgação da Lei de Diretriz e Bases da Educação que em sintonia com nossa Legislação Federal indica que o processo de ensino aprendizagem dos alunos especiais devam também ocorrer de preferência na rede regular de ensino.

Neste Sentido, Reconhecemos que trabalhar com classes heterogêneas que acolhem todas as diferenças traz inúmeros benefícios ao

desenvolvimento das crianças deficientes e também as não deficientes, na medida em que estas têm a oportunidade de vivenciar a importância do valor da troca e da cooperação nas interações humanas. Portanto, para que as diferenças sejam respeitadas e se aprenda a viver na diversidade, é necessária uma nova concepção de escola, de aluno, de ensinar e de aprender. (MIRANDA, 2003)

Em 1999 até o início dos anos 2000 se vê um grande esforço do governo brasileiro para incluir os alunos com necessidades especiais nas escolas através de varias campanhas tendo a contribuição do MEC para o fortalecimento desta campanha. Porém a inclusão não consegue incluir todos os alunos, por estarem inseridas em outras instituições filantrópicas que atendem os especiais, essas instituições cumpriam a função do Estado.

As escolas especiais acabavam por segregar essas crianças e limitar o desenvolvimento das suas funções psicológicas superiores. A criança deficiente é um ser capaz, com condições de aprendizagem e desenvolvimento semelhante a da criança “normal”, centrando-se no social, e não no biológico. VYGOTSKY (1997)

Em 2002 é promulgada a lei 10.436/02 que aceita a Língua Brasileira de Sinais como uma comunicação e expressão legal que garante todas as formas institucionalizadas de apoio, uso e difusão, também inclui a disciplinas de Libras como mais um componente do currículo na formação dos professores e de fonoaudióloga. Neste mesmo ano a Portaria nº 2678/02 aprova o uso e ensino do Sistema Braille nas varias modalidades de ensino no território nacional.

A partir do ano de 2003 a Educação Inclusiva experimenta mais um avanço, através do Ministério da Educação e através da Secretaria de Educação Especial, criando o Programa Educação Inclusiva. Este programa envolveu vários municípios e tinha como objetivo principal formar gestores e educadores para oportunizar condições para modificar os sistemas educacionais tradicionais em sistemas educacionais inclusivos sempre baseados em oportunizar direitos aos diversos alunos portadores de necessidades educacionais especiais que necessitam de acesso e a permanência com o mínimo de condições nas escolas do ensino regular.

A educação, direitos de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivadas com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2006, P.34).

No ano de 2007 é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE tendo como intuito melhorar a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, construção de salas de recursos e formação de professores para atender os especiais com mais qualidade.

A partir do ano de 2003 a Educação Inclusiva experimenta mais um avanço, através do Ministério da Educação e através da Secretaria de Educação Especial, criando o Programa Educação Inclusiva. Este programa envolveu vários municípios e tinha como objetivo principal formar gestores e educadores para oportunizar condições para modificar os sistemas educacionais tradicionais em sistemas educacionais inclusivos sempre baseados em oportunizar direitos aos diversos alunos portadores de necessidades educacionais especiais que necessitam de acesso e a permanência com o mínimo de condições nas escolas do ensino regular.

A educação, direitos de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivadas com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2006, P.34).

Frente a tantas leis, portarias e ações das mais diversas encontram diversos pensamentos frente às concepções antes relatadas, a primeira é a inclusão condicional.

O primeiro, que será denominado de inclusão condicional, é considerado a forma mais conservadora de todos. Dos partidários desse posicionamento, ouvem-se afirmações do tipo “se todos os professores forem capacitados antes”, “quando todas as escolas estiverem adaptadas”, “apenas se diminuir o número de alunos por turma”, “se eu tiver um especialista como auxiliar...” Ou seja, afirmações que remetem a um futuro incerto que, pela impossibilidade de concretização em curto prazo, inviabiliza o direito de acesso e permanência desses alunos à escola, no momento atual, descumprindo o preceito assegurado na Constituição Federal SEED (2010).

A segunda linha de pensamento totalmente contraria a primeira chamada de inclusão total ou radical.

Em direção radicalmente oposta a esse posicionamento, está um segundo movimento denominado de inclusão total ou radical. Dentre os defensores dessas 5 proposta estão muitos intelectuais e pesquisadores na área da educação, representantes de organizações não governamentais em defesa dos direitos de pessoas com deficiência, os quais defendem a inclusão irrestrita de TODOS os alunos no ensino regular SEED (2010).

A terceira linha de pensamento entre as duas linhas de pensamento totalmente contraria uma da outra chama de inclusão responsável.

O desafio da inclusão escolar é enfrentado como uma nova forma de repensar e reestruturar políticas e estratégias educativas, de maneira a não apenas criar oportunidades efetivas de acesso para crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, mas, sobretudo, garantir

condições indispensáveis para que possam manter-se na escola e aprender. Adota-se como um referencial filosófico dessa política a idéia de que a inclusão educacional é mais que a presença física, muito mais que acessibilidade arquitetônica, e muito mais que matricular alunos com deficiência nas salas de aula do ensino regular, é bem mais que um movimento da educação especial, pois se impõe como movimento responsável que não pode abrir mão de uma rede de ajuda e apoio aos educadores, alunos e familiares (CARVALHO, 2004).

2.1-A educação especial no Estado do Paraná

A educação especial no Estado do Paraná reproduziu o pensamento e concepções verificadas nos movimentos sociais e internacionais que ocorriam no Brasil e no mundo.

Um exemplo foi à criação da escola especial no Instituto Paranaense de Cegos no ano de 1939 a abertura da primeira classe especial na rede pública na Escola Guairá na cidade de Curitiba em 1958. O primeiro serviço de educação especial em nível governamental no ano de 1963.

Na década de 70 ocorre a estruturação do Departamento de Educação Especial que tem como objetivo integrar a organização político-administrativa da Secretaria de Estadual de Educação “SEED” que oportunizaram uma intensificação das ações junto às escolas públicas do estado melhorando o atendimento e criando classes especiais para o atendimento aos alunos especiais, o que permite através de convênios expandirem a oferta da educação especial no estado, fortalecendo ainda mais uma política de institucionalização.

Os resultados destas políticas aparecem com mais contundência no ano de 2002 visualizadas através dos dados estatísticos da SEED/PR que mostra que dos 399 municípios do estado 354 ofertam algum tipo de atendimento aos alunos especiais ou em percentuais atendem a 88,72% deste público.

Em 2002 também ocorreu um grande trabalho de discussão sobre o processo de inclusão, aonde participaram boa parte do sistema educacional do Paraná que teve como objetivo principal sistematizar uma política a ser seguida para nortear o processo de inclusão no estado, deste processo surgiu um documento chamado “Educação inclusiva: linha de ação para o Estado do Paraná”. Que previa o fim das classes e escolas especiais de forma rápida.

Porem o resultado esperado pela SEED/PR não foi o esperado tendo em vista que a comunidade escolar temendo o bem estar dos seus filhos, a falta de capacitação profissional da maioria dos professores no atendimento aos especiais

Convalidava essa tese, a incipiente ação da SEED, que na fase de implementação da proposta, elegeu pouco mais de 50 escolas da rede pública que demonstraram interesse em participar do projeto de educação inclusiva, denominadas *escolas pró-ativas*. O agravante foi que, mesmo em número pequeno, não foi dispensado suporte técnico, material e pedagógico necessário à aprendizagem, com qualidade, dos alunos com necessidades educacionais especiais matriculados, deixando em descrédito o órgão central (SEED 2006).

No ano de 2003 depois das inúmeras críticas e o retrocesso que o processo de inserção sofreu a SEED retomou a sua função social de oportunizar políticas públicas para a educação especial desenvolvendo mais ações agora de forma gradativa para uma inserção com mais qualidade

Tal período teve como perspectiva a retomada do diálogo com representantes dos diferentes segmentos que, historicamente, colocam em prática a Educação Especial no Estado do Paraná, a fim de resgatar-se o princípio do trabalho conjunto e articulado entre o poder público e a sociedade civil (SEED/2006).

Em sintonia com o governo Lula que no seu primeiro mandato absorve as tendências internacionais de educação inclusiva e efetiva leis, documentos, diretrizes em consonância com as recomendações das agências multilaterais e já no seu segundo mandato se faz presente a polêmica sobre as extinções das escolas especiais.

Ao lançar o Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE-2007), as metas direcionam as ações à inclusão de todos os alunos com deficiência nas salas comuns de ensino das redes públicas, em regime de colaboração com os entes federativos. No que diz respeito à Educação Especial, é estabelecida a diretriz de “garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas”. (BRASIL, MEC, PDE, 2007).

Neste contexto um dos maiores problemas enfrentados pela SEED foi reduzir as barreiras colocadas pela comunidade escolar sobre a inclusão destes alunos na rede pública, que alegava a falta de capacitação dos envolvidos no meio escolar para lidar com a inserção na escola. Não sem razão visto o baixo investimento do estado em cursos de capacitação e a estrutura precária das escolas.

Frente a esta situação se observa uma grande resistência no estado do Paraná que foi percebida na queda de 33.5% nas matrículas de alunos especiais

nas escolas comuns dados estes divulgados pelo Ministério da Educação entre os anos de 2007 a 2008. Contrariando a tendência nacional de crescimento de matrículas de alunos especiais nos outros estados segundo o Jornal Gazeta do Povo de Curitiba-Pr.

Apesar desta redução o governo do estado na Administração Roberto Requião resiste à mudança e o fim das escolas especiais, leis são criadas para garantir o funcionamento das escolas.

Em defesa dessa resistência o governo justifica seu posicionamento na necessidade de um atendimento mais especializado para fazer frente aos graves comprometimentos de muitos especiais que a escola do ensino regular não consegue atender.

Art. 1º. Fica criado o Programa de Apoio às Instituições Filantrópicas que oferecem exclusivamente Educação Básica na Modalidade de Educação Especial em Escolas ou Centros de Atendimento Educacional Especializado, de forma complementar ao ensino público e gratuito, nas localidades onde o Estado não alcançou o atendimento universal, em consonância com a política educacional adotada pela Secretaria de Estado da Educação – SEED e em cumprimento à legislação específica (PARANÁ, PL126/10, 2010).

Este mesmo governo se compromete a garantir o funcionamento das escolas especiais tanto no que tange o repasse de verbas como na qualificação e manutenção de quadro docente especializado para o atendimento dos alunos especiais.

Outro passo dado pelo governo foi aprovar a nomenclatura APAE e ao mesmo tempo mudar para Escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial.

A nova redefinição da nomenclatura “Escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial” teve como subsídio as seguintes legislações: Declaração dos Direitos Humanos (1948); Constituição Federal de 1988; Conferência Mundial de Educação para Todos (1990); Estatuto da Criança e Adolescente- 1990; Declaração de Salamanca- 1994; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996; Decreto nº 3298/1999; Estatuto do Idoso- 2003; Decreto Federal nº 5154/2004; Decreto nº 5154/2004; Deliberação CEE nº 02/2003; A Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência- 2008; Decreto nº 6449/ 2009; Resolução CNE/CEB nº 04/2010; Parecer CEE nº 108/2010 e a Deliberação CEE nº 02/2010; Resolução nº 3600/2011- GS/SEED (SEED PARANÁ).

No mês de agosto de 2011 no governo Richa estabelecido no Paraná segue o processo do governo anterior e publica a Resolução 3600/2011 (Paraná GS/SEED, 2011) que altera a denominação das Escolas Especiais. Nesta época o estado já dispunha de 394 instituições especiais que tinham convênio com a Secretaria de Estado e de Educação e estavam distribuídas entre os 399 municípios do estado.

[...] alteração na denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial, com oferta de Educação Infantil, Ensino Fundamental – anos iniciais Educação de Jovens e Adultos – Fase I, e Educação Profissional/Formação inicial, a partir do início do ano letivo de 2011 (Paraná/GS/SEED, 2011, s. p.).

Estes documentos oportunizaram a SEED em parceria com outras instituições modificar a organização pedagógica das Escolas de Educação Especial, onde ficou estabelecido que crianças com necessidades especiais da educação infantil de zero a três anos e onze meses, crianças de pré- escola a partir de quatro anos a cinco anos e onze meses, ensino fundamental nos anos iniciais a partir dos seis anos aos dezesseis anos e onze meses no Sistema de Avaliação Processual e a Educação de Jovens e Adultos EJA a partir dos dezessete anos.

No ano de 2013 a Lei 17656/2013 é sancionada e cria o Programa Estadual de Apoio Permanente às Entidades Mantenedoras que ofertam Ensino na modalidade de educação especial no ensino básico que foi chamado de “Todos Iguais pela Educação”.

O teor da lei garante o acesso igualitário aos alunos especiais aos benefícios e programas ofertados pelo estado aos alunos do ensino regular da rede estadual de ensino

Ao instituir o programa *Todos iguais pela educação*, o governo do Paraná consolida a hegemonia das instituições especiais filantrópicas. Segundo o governador Beto Richa, que sancionou a Lei 17656/2013, o processo desencadeado em 2011 se tornou uma política pública, “[...] isso quer dizer que as escolas de Educação Especial não ficarão mais dependentes da vontade dos governantes para terem o apoio do governo”. Enaltece, ainda, que a iniciativa é pioneira no país e que, “É fundamental que todos, diferentes nas suas necessidades, sejam iguais no direito à educação de qualidade para desenvolver plenamente o seu potencial. Agora, isso é lei no Paraná” (Apoio..., 2013, online).

Entretanto um aspecto neste processo implementado pelo governo Requião e continuado pelo governador Richa tirando a obrigatoriedade da matrícula dos alunos especiais do ensino regular do estado o governo, terceiriza uma função que é de estado e centraliza para iniciativa privada nesta ótica Saviani nos apresenta sua análise.

As instituições privadas, em suas diferentes modalidades, integrarão o sistema precisamente como particulares, e é nessa condição que darão sua contribuição específica para o desenvolvimento da educação brasileira. Deve-se entender que, quanto mais autenticamente particulares elas forem, melhor se tipifica sua contribuição própria. Portanto, não cabe travesti-las de públicas, seja pela transferência de recursos na forma de subsídios e isenções, seja pela transferência de poder, admitindo-as na gestão e operação do complexo das instituições públicas integram o sistema (Saviani, 2010, p. 385).

2.2-Estatísticas educacionais na Educação para pessoas portadoras de Necessidades Especiais no Estado do Paraná

Após a opção do governo do Paraná em não aceitar a obrigatoriedade da inclusão dos alunos com necessidades especiais no Estado do Paraná advinda do governo federal através de instrumentos legais e do Programa PDE 2007 o indicadores de matrícula tanto no ensino público como no ensino particular tiveram movimentos diferenciados de matrículas.

Nos anos de 2007 e 2008, por exemplo, foi sentida uma redução de 33,5% nas matrículas do ensino público e esta tendência vem aumentando conforme podemos verificar nas tabelas logo abaixo.

Tabela 01- Número de alunos com Necessidades Especiais Matriculados no ensino público e na rede privada no Brasil e no Paraná em 2012

Dependência administrativa	Ensino Regular		Ensino Especial	
	Brasil	Paraná	Brasil	Paraná
Pública	583.530	38.174	58.225	7.211
Privada	37.247	1.465	141.431	32.459
Total	620.777	39.639	199.656	39.670

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do Censo da Educação Básica (Brasil/MEC/INEP, 2012a).

Quando observamos a tabela 01, as matrículas no setor público de pessoas com necessidades especiais são de 38.174 no ensino regular e 7.211 no ensino especial perfazendo um total de 45.385 alunos na rede pública, já na rede privada 1.465 alunos estão matriculados no ensino regular e 39.670 no ensino especial perfazendo um total de 33.924 alunos.

Estes números evidenciam que a 84,12% dos alunos com necessidades especiais do Paraná em 2012 estudavam no ensino regular e que 15,88% no ensino especial. Na outra ponta a rede privada com 1.465 matrícula no ensino regular e

32.459 no ensino especial perfazendo um total de 33.924 matrículas das quais 95,68% em classes especiais e 4,31 % no ensino regular.

Neste ano fica evidente que o investimento em classes especiais no Paraná ficou a cargo da iniciativa privada e o estado se limitou a inserir o aluno especial sem maiores investimento no ensino regular.

A tabela abaixo apresenta os alunos matriculados na educação básica no Paraná e no Brasil.

Tabela 02- Número de alunos com Necessidades Especiais matriculados no ensino público no Brasil e no Paraná em 2012

Etapa de Ensino	Ensino Regular		Ensino Especial	
	Brasil	Paraná	Brasil	Paraná
Creche	9.662	697	7.430	2.473
Pré-escola	30.794	901	11.222	2.044
Ensino Fundamental	485.965	31.774	124.129	18.084
Ensino Médio	42.499	3.700	1.090	26
EJA	50.198	2.300	55.048	17.043

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do Censo da Educação Básica (Brasil/MEC/INEP, 2012a).

Os dados da tabela evidenciam a que no Brasil 818.037 ou 75,69% alunos com necessidades especiais estão matriculados no ensino regular e 24,31% no ensino especial. No Paraná dos 79.042 alunos matriculados 50,18% estão em salas especiais e 49,82% estão no ensino regular. A partir destes dados fica evidente que o governo estadual do Paraná dividiu em 50% as responsabilidades na condução da educação especial para o ensino regular e especial, diferente do governo federal através dos estados que priorizaram o ensino regular como prioridade para atender os alunos com necessidades especiais.

Tabela 03- Comparativo em percentuais dos alunos com necessidades especiais matriculados no Ensino Regular e no Ensino Especial no Brasil no ano de 2012.

Etapas de Ensino	Total de alunos matriculados no Brasil	Percentual de alunos matriculados no Ensino Regular	Percentual de alunos matriculados no Ensino Especial
Creche	17.092	56,53%	43,47%
Pré-escola	42.016	73,30%	26,70%
Ensino Fundamental	610.094	79,66%	20,34%
Ensino Médio	43.589	97,50%	2,50%
EJA	105.246	48,00%	52,00%
TOTAL	818.037	71,00%	29,00%

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do Censo da Educação Básica (Brasil/MEC/INEP, 2012a).

A tabela 03 apresenta uma visão mais clara da média de matrículas efetuadas nas várias etapas de ensino em todo território nacional o que evidencia que os estados na média vêm cumprindo em parte o que foi proposto pelo governo Lula nos compromissos com organismos internacionais e através das leis. Também nos apresenta que etapas de ensino como creches e o EJA ainda não estão incluídos neste processo como deveriam, entretanto os 71% de inserção no ensino regular contra os 29% nas salas especiais demonstram que a proposta está sendo cumprida.

Tabela 04- Comparativo em percentuais dos alunos com necessidades especiais matriculados no Ensino Regular e no Ensino Especial no Estado do Paraná no ano de 2012.

Etapas de Ensino	Total de alunos matriculados no Paraná	Percentual de alunos matriculados no Ensino Regular	Percentual de alunos matriculados no Ensino Especial
Creche	3.170	22,00%	78,00%
Pré-escola	2.945	31,00%	69,00%
Ensino Fundamental	49.858	63,70%	36,30%
Ensino Médio	3.726	99,30%	00,70%
EJA	19.343	11,89%	88,11%
TOTAL	79.042	45,58%	54,42%

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do Censo da Educação Básica (Brasil/MEC/INEP, 2012a).

A tabela 04 evidencia o que já foi discutido na tabela 02 onde o Estado do Paraná no Governo Beto Richa segue o mesmo preceito do seu antecessor Roberto Requião de dividir as responsabilidades do estado com as entidades filantrópicas privadas passando boa parte de suas incumbências para as mesmas. Nesta tabela diferente da tabela 02 em que tínhamos quase um empate técnico de 0,36% de números percentuais entre ensino regular e ensino especial, nesta tabela 03 este número passa de 8,84% números percentuais a favor das escolas especiais o que distancia ainda mais o investimento e atendimento aos alunos especiais na rede do ensino regular.

O que chama atenção na tabela 04 é os baixos índices de matrículas em creches, pré-escola e EJA o que evidencia um baixo investimento do estado nestas etapas do ensino nas modalidades que apresentam maiores custos.

Tabela 05- Alunos Portadores de Necessidades Especiais matriculados nas Redes Públicas no Estado do Paraná em 2013.

Necessidade Especial	Rede			
	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Cegueira	3	158	160	202
Baixa Visão	8	2059	1751	1587
Surdez	7	1056	501	675
Deficiência Auditiva	6	605	466	455
Surdez e Cegueira	0	11	10	12
Deficiência Física	9	1221	1701	5591
Deficiência Mental	5	13563	19193	32309
Deficiências Múltiplas	0	447	920	6028
Autismo	0	90	371	634
Asperger	1	121	192	109
Rett	0	3	4	38
TDI	0	162	767	177
Superdotação	4	676	204	110
Total	43	20172	26240	47927

Fonte: Microdados do Censo Escolar e/ou Microdados do Censo do Ensino Superior e/ou Sinopses da Educação Básica e/ou Sinopses do Ensino Superior, INEP/MEC.

Os dados descritos na tabela nos permitem identificar que o total das matrículas no ano de 2013 é de 94.382 matrículas, sendo que 49,17% na esfera estadual e municipal, 59,77% na esfera privada e 0,004% na esfera federal este baixo índice do governo federal se explica pela obrigatoriedade do município e do estado atender esta demanda da sociedade.

A partir da análise dos dados podemos concluir que 50% das matrículas para alunos com necessidade especiais no Paraná ficam a cargo da iniciativa privada.

As instituições privadas, em suas diferentes modalidades, integrarão o sistema precisamente como particulares, e é nessa condição que darão sua contribuição específica para o desenvolvimento da educação brasileira. Deve-se entender que, quanto mais autenticamente particulares elas forem, melhor se tipifica sua contribuição própria. Portanto, não cabe travesti-las de públicas, seja pela transferência de recursos na forma de subsídios e isenções, seja pela transferência de poder, admitindo-as na gestão e operação do complexo das instituições públicas que integram o sistema (Saviani, 2010, p. 385).

Tabela 06- Alunos Portadores de Necessidades Especiais matriculados nas Redes Públicas no Estado do Paraná em 2014.

Superintendência de Desenvolvimento Educacional - Sude
Diretoria de Informação e Planejamento – Diplan
Coordenação de Informações Educacionais - CIE



EDUCAÇÃO ESPECIAL - CLASSE ESPECIAL E ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	% Variação 2013 /2014
Estadual	1.263	1.102	822	478	497	763	433	332	139	327	312	-4,6%
Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
Municipal	12.119	12.868	12.261	12.222	13.138	10.925	9.595	7.778	7.072	6.998	6.601	-5,7%
Particular	35.909	36.796	38.122	35.647	21.291	17.612	16.512	16.230	32.459	33.311	33.252	-0,2%
Total	49.291	50.766	51.205	48.347	34.926	29.300	26.540	24.340	39.670	40.636	40.165	-1,2%

Fonte: Seed/Sude/Diplan - Coordenação de Informações Educacionais

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	% Variação 2013 /2014
Estadual	2.059	2.957	9.225	3.866	4.511	4.203	5.270	6.903	8.790	10.025	10.454	4,3%
Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
Municipal	9.112	9.830	8.825	8.359	7.511	6.941	8.502	9.397	10.460	11.012	10.348	-6,0%
Particular	286	429	492	847	667	1.525	1.687	1.922	2.382	18.338	2.533	-86,2%
Total	11.457	13.216	18.542	13.072	12.689	12.669	15.459	18.222	21.632	39.375	23.335	-40,7%

Fonte: Seed/Sude/Diplan - Coordenação de Informações Educacionais

Nota: Até 2008 Dados da Matrícula Inicial dos alunos da Inclusão com Apoio

A partir da análise das tabelas 01, 02, 03, 04,05 e 06 os resultados não surpreendem e seguem o que foi proposto tanto pelo governo federal através dos outros estados como pelo Governo Estadual do Paraná que escolheram caminhos opostos o primeiro entende que é de responsabilidade do estado integrar os alunos com necessidades especiais tanto na esfera municipal como estadual no ensino regular.

Já o Estado do Paraná entende a parceria com o setor privado através de entidades filantrópicas como o caminho a ser seguido na inclusão dos alunos com necessidades especiais no ensino.

Porém também fica evidente que tanto os outros estados do Brasil em média e o governo do estado do Paraná não investem com mais força em creches, pré-escolas e EJA, os outros estados em média em menor grau.

Tabela 07- Escolas do ensino fundamental e médio que ofertam educação especial para o ensino regular do Estado do Paraná

Rede de ensino	Número de escolas no Estado	Escolas que atendem os alunos com necessidades especiais para Rede Estadual de ensino
Escolas Estaduais	2.157	1.187
Escolas Privadas	2.355	407
Escolas Municipais	4.889	06

Fonte: Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da SEED/PR no site <http://www4.pr.gov.br/escolas/frmPesquisaEscolas.jsp>.

Os dados disponibilizados na tabela 07 nos permitem visualizar que das 2.157 escolas do estado 55% destas escolas públicas do ensino regular atendem os alunos com algum grau de necessidade especial.

A rede privada das 2.355 escolas do ensino regular apenas 17,28% são conveniadas para atender esta modalidade de ensino apesar de deter 59,77% das matrículas de alunos com necessidades especiais no Estado do Paraná conforme apresenta a tabela 05.

Já nas escolas Municipais 0,122% são conveniadas para atender os alunos com necessidades especiais no estado.

2.3-Salas de recursos no Estado do Paraná

2.4-Salas de recursos comuns

Tem como público alunos com deficiência mental/intelectual, transtornos funcionais específicos como:

- Transtornos de déficit de atenção TDHA;
- Transtornos de déficit de atenção e hiperatividade e distúrbios de aprendizagem.

Estas salas devem estar providas de estrutura para abrigar materiais necessários como os materiais pedagógicos que sejam de preferência confeccionados pelas próprias docentes.

2.5-Salas de recursos multifuncionais

Tem como público alunos cegos, surdos, com deficiência mental/intelectual. Estas salas devem ter mobiliário adaptado, recursos pedagógicos diversos inclusive computadores e outras ferramentas tecnológicas para atender os alunos e muito desta estrutura vem do governo federal.

As salas de recursos comuns no Paraná atendem as instruções 013/08 para os alunos do ensino fundamental de 5ª a 8ª e as salas de recursos multifuncionais atendem as instruções 016/ 2011 e instrução N° 020/2010 - SUED/SEED que atendem o ensino fundamental como o ensino dos anos finais.

Tabela 08- Sala de recursos tipo I equipamento e material pedagógico

Equipamentos	Materiais Didático/Pedagógico
02 Microcomputadores	01 Material Dourado
01 Laptop	01 Esquema Corporal
01 Estabilizador	01 Bandinha Rítmica
01 Scanner	01 Memória de Numerais I
01 Impressora laser	01 Tapete Alfabético Encaixado
01 Teclado com colméia	01 Software Comunicação Alternativa
01 Acionador de pressão	01 Sacolão Criativo Monta Tudo
01 Mouse com entrada para acionador	01 Quebra Cabeças - seqüência lógica
01 Lupa eletrônica	01 Dominó de Associação de Idéias
Mobiliários	01 Dominó de Frases
01 Mesa redonda	01 Dominó de Animais em Libras
04 Cadeiras	01 Dominó de Frutas em Libras
01 Mesa para impressora	01 Dominó tátil
01 Armário	01 Alfabeto Braille
01 Quadro branco	01 Kit de lupas manuais
02 Mesas para computador	01 Plano inclinado – suporte para leitura
02 Cadeiras	01 Memória Tátil

Fonte: Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos MEC Multifuncionais file:///C:/Users/User/Downloads/manual_orientacao_programa_i
mplantacao_salas_recursos_multifuncionais.pdf.

Tabela 09- Sala de recursos tipo 2 equipamentos e materiais didático/pedagógicos

Equipamentos e Matérias Didático/Pedagógico
01 Impressora Braille – pequeno porte
01 Máquina de datilografia Braille
01 Reglete de Mesa
01 Punção
01 Soroban
01 Guia de Assinatura
01 Kit de Desenho Geométrico
01 Calculadora Sonora

Fonte: Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos MECMultifuncionaisfile:///C:/Users/User/Downloads/manual_orientacao_programa_i mplantacao_salas_recursos_multifuncionais.pdf.

Tabela10- Estrutura da rede de apoio no Estado do Paraná

Áreas	Quantidade
Área da deficiência intelectual	- 819 salas de recursos de 5ª a 8ª séries
Área de deficiência física neuromotora	-159 professores de apoio à comunicação alternativa
Área da deficiência visual	- 211 centros de atendimento especializado
Área da deficiência surdocegueira	- 5 centros de atendimento especializado (mais 2 em processo) e 2 guias-intérpretes
Área da deficiência surdez	- 273 Centros de Atendimento
Alunos surdos	- 366 tradutores e interpretes de libras/língua portuguesa
Transtornos globais	-13 salas de recursos
Transtornos globais	-36 classes especiais
Transtornos globais	- 24 professores de apoio
Altas habilidades/superdotação	- 22 salas de recursos

Fonte:<http://www.nre.seed.pr.gov.br/londrina/arquivos/File/1politicase-manapedfev2010.pdf>.

3 - Os desafios e as competências necessárias para a contribuição dos professores no processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais nas Escolas do Ensino Regular no Paraná

A arte de educar sempre foi cercada de desafios e competências que o professor enfrenta na sua rotina de trabalho, ainda mais quando se fala de inserção de alunos com necessidades especiais dentro das escolas do ensino regular. No Estado do Paraná este desafio não é diferente apesar de boa parte da inserção ocorre em escolas filantrópicas e privadas o que minimiza esta inserção para rede de ensino regular. Entretanto as escolas do ensino regular atendem um grande número de alunos especiais o que oportuniza um grande desafio para os docentes.

O processo de ensino aprendizagem envolve muitos fatores como conhecimento, competências tanto na questão técnico-pedagógica como na percepção das especificidades educacionais de cada aluno etc. A inclusão vai além das habilidades do professor, passando pela estrutura física, adequação do currículo, novas formas de avaliação, metodologias, capacitação de equipe multidisciplinar, docentes e gestores, para que o processo de conta de oportunizar condições para uma formação integral do aluno especial.

Entretanto apesar das diversas leis e normas aprovadas no Estado do Paraná o projeto de inserção não é o ideal para a inclusão deste aluno no ambiente escolar, a maioria das escolas não conta com um ambiente propício para este processo a maioria dos docentes na sua formação não tiveram conteúdos suficientes para dar conta deste processo o que oportuniza dificuldades extras em sala de aula no trato com o seu aluno especial, ou mesmo com a sala como um todo, visto que a condução de uma aula igualitária para todos fica comprometida pela falta do preparo de muitos docentes frente a situações de rotina em sala.

O quadro de falta de estrutura falta de capacitação de gestores acaba refletindo diretamente no desempenho do docente em sala de aula. O que se vê então é o desafio que os docentes encontram na sua rotina de trabalho para desenvolver estratégias que oportunizem um ensino diversificado para que neste ambiente ocorram avanços e mudanças.

Estratégias estas que evitem que os alunos especiais alcancem os resultados que se espera na sua aprendizagem e também no seu cotidiano social no ambiente escolar e por que na sua vida em sociedade e no mundo do trabalho.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa desenvolveu num Colégio Estadual na região de Curitiba-Pr colégio este que atendem alunos do ensino médio, sendo que nesta instituição são atendidos alunos do núcleo comum do ensino regular e alunos com necessidades especiais do núcleo comum também.

Esta pesquisa tem como intuito trazer elementos sobre como ocorre às atividades pedagógicas dentro de um ambiente escolar quando se trata de alunos com necessidades especiais. A pesquisa será na forma de questões abertas, onde os docentes poderão relatar as dificuldades que encontram na condução de sua rotina pedagógica nesta escola, a partir daí os dados de respostas entre sim e não serão tabulados e transformados em percentuais que serão transferidos para a tabela número 12 para uma análise mais detalhada.

4.1- Sujeitos da pesquisa

A pesquisa se deu em torno de 10 professores que tem em comum terem um ou mais alunos com necessidades especiais em sua sala de aula. A pesquisa será qualitativa e quantitativa quanto às dificuldades enfrentadas pelo docente na condução de sua aula frente ao processo de inclusão na sua aula.

Tabela 11- Caracterização dos docentes participantes da pesquisa

	Idade	Gênero	Série e turno que leciona no ensino médio	Alunos com necessidades especiais em sala	Tipos de deficiências dos alunos	Tempo de atuação na docência	Formação para atuar com alunos c/necessidades especiais
01	33	F	3/M	02	Física/Trans/Globais	04 anos	Não possui
02	35	F	1/M	01	Mental/Intelectual	07 anos	Curso de extensão
03	37	F	1/M	01	Mental/Intelectual	02 anos	Não possui
04	39	M	2/T	01	Trans/globais	12 anos	Curso de extensão
05	42	F	2/T	01	Trans/globais	18 anos	Curso de extensão
06	43	F	3/T	01	Trans/globais	03 anos	Não possui
07	46	M	2/T	01	Trans/globais	15 anos	Curso de extensão
08	48	F	3/M	01	Física/Trans/Globais	13 anos	Pós Graduação
09	54	F	1/M	01	Mental/intelectual	22 anos	Curso de extensão
10	58	M	2/T	01	Trans/globais	25 anos	Não possui

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados junto aos professores entrevistados na instituição.

4.2-Condução da pesquisa

No primeiro momento foi feito o contato com a direção para autorização da entrevista junto aos docentes, a partir daí foi sugerido alguns docentes que poderiam participar. Em contato com os docentes, 10 deles se prontificaram a participar da entrevista.

Esta entrevista foi feito na hora atividade dos docentes e foi composta de 10 perguntas através de respostas simples de sim e de não. A partir das respostas os dados foram tabulados para identificar quais os maiores problemas que estes docentes enfrentam na sua rotina diária na inserção dos alunos com necessidades especiais.

Tabela 12 - Percentuais das respostas dos docentes sobre a inserção dos alunos com necessidades especiais na instituição

Pergunta	SIM	NÃO
1- A equipe multidisciplinar da escola esta preparada para atender os alunos?	40%	60%
2- A equipe multidisciplinar da escola esta preparada para atender os professores?	60%	40%
3- Você consegue atender os diversos perfis de alunos em sala?	70%	30%
4- Os alunos com necessidades pedem um tratamento diferenciado?	80%	20%
5- O tempo disponível para o plano de aula é suficiente?	90%	10%
6- Problemas como disciplina e falta de interesse dos alunos atrapalha a inclusão?	90%	10%
7- A falta de capacitação dos docentes oportuniza aulas com menos qualidade?	100%	00%
8- A falta de materiais pedagógicos e de estrutura na escola atrapalha a inclusão?	60%	40%
9- Os diversos ritmos de aprendizagem dos alunos dificultam a condução das aulas?	50%	50%
10- Trabalhar com alunos especiais e do núcleo comum causa sobrecarga de trabalho?	80%	20%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados junto aos professores entrevistados na instituição.

4.3-Resultados das dificuldades relatadas

A partir da análise dos dados constantes na tabela numero 12 vários problemas foram observados como a falta de capacitação dos docentes, desinteresse dos alunos falta de disciplina, sobrecarga de trabalho, tratamento diferenciado e a falta de capacitação da equipe multidisciplinar são os maiores problemas relatados pelos professores desta instituição e que também podem servir de termômetro para os problemas que outras escolas do estado do Paraná enfrentam.

Também ficou evidente nas perguntas 01 e 02 um problema na condução pedagógica da equipe multidisciplinar que segundo os docentes conseguem atender

as demandas dos docentes, mas não atende as demandas dos alunos o que traz um grande prejuízo para o processo de ensino aprendizagem para alunos e professores.

A resposta das perguntas 10, 5 e 3 deixa claro que a maior dificuldade que os docentes enfrentam não é a carga de trabalho extra classe como plano de aula e outras atribuições , nem o trato com estes alunos mais sim o tempo que esta mediação exige o que gera sobrecarga no trabalho em sala o que coloca em risco a qualidade de sua aula.

Como foi observado são diversos os fatores que a tabela número 12 nos apresenta com as dificuldades encontradas, mas o que ficou evidente nestes dados foi à afirmação de 100% dos professores sobre a falta de capacitação para o trabalho com alunos especiais nas escolas do núcleo comum. Na tabela 11 podemos observar que a maioria dos cursos feitos pelos docentes do núcleo comum entrevistados nesta pesquisa é de extensão.

Estes dados sinalizam a falta de uma política séria para capacitar os professores das escolas do núcleo comum do Estado do Paraná para atender com qualidade as pessoas com necessidades especiais.

5- Considerações finais

A educação no âmbito dos Direitos Humanos pode ser alicerçada num tripé. Primeiro, de uma educação voltada de forma permanente, de forma contínua e numa visão holística não só para o conteúdo mais sim para o ser humano, segundo, para a mudança e terceiro para indicar valores que humanize mais o processo de ensino aprendizagem nas instituições de ensino.

O seja, oportunizar elementos para formar uma cultura de respeito e dignidade, redução de violência, promoção de valores, solidariedade, cooperação, tolerância, justiça, igualdade e outros.

Sendo assim no final deste trabalho fica evidente que os indivíduos com necessidades especiais devem ter sempre uma instituição de qualidade que atenda suas necessidades de inclusão com qualidade na sociedade e no mundo do trabalho oportunizando cidadania a estas pessoas.

Ficaram evidentes também as dificuldades de inserção destas pessoas no ensino regular do Estado do Paraná. Tendo em vista que só disponibilizar vagas para estes alunos sem realmente preparar equipe multidisciplinar, docentes e gestores não pode ser visto com inclusão. Incluir um aluno com necessidades especiais faz parte de todo um processo que deve ser planejado, avaliado e reavaliado de forma profissional e humana.

Para minimizar esta situação o governo Roberto Requião e seu sucessor Carlos Alberto Richa optaram por um modelo que fortaleceu entidades filantrópicas com amparo de financiamento público. Este modelo adotado reduziu em muito o investimento para capacitação do seu corpo funcional e o investimento na estrutura das escolas públicas para atender este público diferenciado e com muitas demandas a serem atendidas.

O que se vê hoje no ensino especial no estado do Paraná é a dualidade com um maior foco nas entidades filantrópicas em detrimento da escola pública o que pode explicar as dificuldades encontradas nestas instituições para inserir os alunos com necessidades especiais.

O que oportunizou falta de capacitação adequada aos docentes e envolvidos no ambiente escolar, o que compromete em muito um processo público verdadeiro de inserção dos alunos especiais nas instituições educacionais no Estado do Paraná.

6-Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. 2. ed. Atualizada. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2002. Acessado em 01/03/2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar.** Brasília, DF: MEC/INEP, 2011b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 21/03/2015.

CARVALHO, E. R., Educação inclusiva: com os pingos nos is. Porto Alegre: Mediação, 2004. 14.

CARVALHO, E, R.,. Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2001.

DRAGO, Rogério. Inclusão na Educação Infantil. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

FERREIRA, Windyz B. Inclusão X Exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. In: RODRIGUES, David (org.). Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

FERREIRA, Júlio Romero. Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. In: RODRIGUES, David (org.). Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

GARCIA, Rosalba. Políticas de inclusão e currículo: transformação ou adaptação da escola?. XIV ENDIPE , PUCRS, 2008

GRISPINO, I, S,. A educação especial na inclusão do deficiente. Disponível em [HTTP://www.izabelsadallagrispino.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1394](http://www.izabelsadallagrispino.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1394). Acessado em 12/03/2015.

FORON, Priscila. Paraná retrocede na inclusão de alunos especiais, aponta censo. Jornal Gazeta do Povo Curitiba, Caderno Ensino, 17 de fevereiro de 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). Caminhos Pedagógicos da Inclusão. Como estamos implementando a educação (de qualidade) para todas as escolas brasileiras. São Paulo: Memnon, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MELETTI, S, M, F, Indicadores Educacionais sobre a Educação Especial no Brasil e no Paraná. Disponível em: www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/45618/29997. Acessado em 21/03/2015.

MENDES, G.E. A.; Radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. 2006: Disponível em www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782006000300002&script. Acessado em 25/02/2015.

MICHELS. M. H.; Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar.

Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a03v1133.pdf>. Acessado em 11/03/2015.

Ministério da Educação. Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/orientador1.pdf>. Acessado em 11/03/2015

MIRANDA, A. A. B.; Educação especial no Brasil: desenvolvimento histórico. Disponível em www.seer.ufu.br/index.php/che/article/download/1880/1564. Acessado em 25/02/2015.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado: A Prática Pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental, Unimep, 2003.

NOGUEIRA C, M, .A História da Deficiência: Tecendo a História da Assistência Criança Deficiente no Brasil. Disponível em: www.apaebrasil.org.br/arquivo.phtml?a=12605. Acessado em 14/03/2015.

PARANÁ. Assembléia Legislativa do Paraná. Projeto de Lei nº 126/10 de 16 de março de 2010.

PARANÁ. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/londrina/arquivos/File/1politicaseமானapedfev2010.pdf>.

PARANÁ. Dia-a-dia consulta a escolas. Disponível em <http://www4.pr.gov.br/escolas/frmPesquisaEscolas.jsp>. Acessado em 28/03/2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial. Fundamentos teórico-metodológicos da educação especial. Curitiba, SEED/SUED/DEE: 1994.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência de Educação. Ensino fundamental na rede pública de ensino da educação básica do Estado do Paraná. Curitiba: SEED/SUED, 2005. Mimeog.

PARANÁ. SUED/SEED. Resolução 3.600/2011. Autoriza a alteração na denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial. 2011.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Instrução nº 013/08 - SUED/SEED. Curitiba: SEED/SUED, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Instrução nº 016/10 - SUED/SEED. Curitiba: SEED/SUED, 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Instrução nº 020/11 - SUED/SEED. Curitiba: SEED/SUED, 2011.

PESSOTTI, Isaias. Deficiência Mental: da Superstição à Ciência. São Paulo: Quieroz/EDUSP. 1984.

SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ANPED, v. 15, n. 44, p. 380-412, maio/ago. 2010.

SINEPE Paraná Estatísticas Educacionais Disponibilizado em: http://www.sinepepr.org.br/estatisticas/Matriculas_PNE_Sul_SP.pdf. Acessado em 21/03/2015.

SOUSA, L. O. ; A inclusão escolar no contexto da educação infantil.

Disponível em <http://revista.fundacaoaprender.org.br/> Acessado em 01/03/2015

OSÓRIO, N. C. A., **BAPTISTA**, C. R., **FLEITH**, D. S., **MANZINI**, E. J., **ALMEIDA**, M. A., **MANTOAN**, M. T. E., **FIGUEIREDO**, R. V., **QUADROS**, R M., **FREITAS**, S. N.; Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva; Disponibilizado em <HTTP://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acessado em 01/03/2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 5.ed. Rio de Janeiro: Disponível em: <http://www.fiemg.com.br/ead/pne/terminologias.pdf>, 2004. Acessado em 08/03/2015.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SSED/PR Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/londrina/arquivos/File/1politicaseமானapedfev2010.pdf>. Acessado em 15/03/2015.

VYGOTSKY, L. S. (1997). *Fundamentos de Defectologia*. Obras escogidas, Tomo V. (J. G. Blanck, trad.). Madrid: Visor Dist. S. A.

ANEXO I

QUESTIONÁRIO

1- A equipe multidisciplinar da escola esta preparada para atender os alunos?

() Sim

() Não

2- A equipe multidisciplinar da escola esta preparada para atender os professores?

() Sim

() Não

3- Você consegue atender os diversos perfis de alunos em sala?

() Sim

() Não

4- Os alunos com necessidades pedem um tratamento diferenciado?

() Sim

() Não

5- O tempo disponível para o plano de aula é suficiente?

() Sim

() Não

6- Problemas como disciplina e falta de interesse dos alunos atrapalha a inclusão?

() Sim

() Não

7- A falta de capacitação dos docentes oportuniza aulas com menos qualidade?

() Sim

() Não

8- A falta de materiais pedagógicos e de estrutura na escola atrapalha?

() Sim

() Não

9- Os diversos ritmos de aprendizagem dos alunos dificultam a condução das aulas ?

() Sim

() Não

10- Trabalhar com alunos especiais e do núcleo comum causa sobrecarga de trabalho ?

() Sim

() Não